

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

ALGUNS APONTAMENTOS PARA A REFLEXÃO TEÓRICA DO CAMPELINATO

Jefferson Rodrigues dos Santos

Luiz Fernando Mazzini Fontoura

Boletim Gaúcho de Geografia, 30: 58-70, out., 2006.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37483/24229>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - out., 2006

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

ALGUNS APONTAMENTOS PARA A REFLEXÃO TEÓRICA DO CAMPE SINATO¹

Jefferson Rodrigues dos Santos²
Luiz Fernando Mazzini Fontoura³

Resumo

Este artigo tem o objetivo de realizar uma breve revisão de alguns importantes referenciais teóricos relacionados ao estudo do camponês. Primeiramente, realizamos uma crítica ao conceito de “agricultura familiar”, o qual consideramos superficial e carente de complementos para que possa abarcar a complexa realidade do rural. São abordadas idéias como as de Chaianov e Teodor Shanin, além de contribuições contemporâneas como as de Jalcione Almeida, Marcel Mazoyer e Laurence Roudart. O objetivo é salientar o conceito de campesinato como uma categoria analítica capaz de fornecer ferramentas para a interpretação da realidade de comunidades rurais integradas ao mercado através de ambientes econômicos marcados por altos graus de imperfeição.

Palavras chave: Teorias do Campesinato, Agricultura Familiar.

NOTES FOR THEORETICAL REFLECTION ON PEASANTRY

Abstract

This paper consists of a brief revision of some important theories on peasantry. At first we criticize the concept of “family agriculture” which we consider superficial and without complements in order to translate the complex reality of agriculture. Ideas formulated by Chaianov and Teodor Shanin are presented, as well as contemporary contributions by Jalcione Almeida, Marcel Mazoyer and Laurence Roudart. The aim of this discussion is to argue that the peasant concept is an analytical category, and as such enables the interpretation of agricultural communities integrated to the market in economic environments marked by high degrees of imperfection.

Key words: Theories of peasantry, Familiar agriculture.

1. Introdução

¹ Este artigo provém de um capítulo, revisto e ampliado, integrante do trabalho de graduação intitulado: Camponeses ou Ceboleiros? Um Estudo Acerca da Reprodução da Agricultura Familiar e do Espaço Agrário em São José do Norte – RS. Este trabalho foi apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Geografia Bacharelado da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, sob a orientação do Prof. Paulo Roberto Rodrigues Soares.

² Geógrafo pela FURG. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. santosrodri@yahoo.com.br

³ Professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. tchenando@aol.com

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA	PORTO ALEGRE	N.º 30	P. 58-70	OUT. 2006
-----------------------------------	--------------	--------	----------	-----------

Após séculos de condições sociais, políticas e econômicas que inviabilizaram o desenvolvimento da agricultura de base familiar neste país, o Estado brasileiro passa a reconhecer, em meados dos anos 90, a importância da agricultura familiar, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

A partir de então, a expressão agricultura familiar passou a ser amplamente abordada e discutida, como se uma nova categoria de análise houvesse surgido (WANDERLEY, 1996, 1). A velha associação da pequena propriedade rural ao atraso, personificada pela figura de personagens como o ‘Jeca Tatu’, dá lugar, nos discursos e na mídia, ao sinônimo de uma alternativa mais ecológica e socialmente correta de desenvolvimento da agricultura. Fala-se até em ‘multifuncionalidade da agricultura familiar’, considerando esta capaz de resolver todos os problemas, um verdadeiro canivete suíço.

Realmente, a agricultura familiar é capaz de prestar um grande serviço à sociedade, além do fornecimento de alimentos. O problema não reside aí. A questão aqui é a dos modismos, dos quais nem a ciência está livre. O que aconteceu foi o seguinte: pegamos todos os agricultores existentes no Brasil que trabalham com mão-de-obra de natureza familiar, os jogamos todos no mesmo saco e pusemos o rótulo: “agricultura familiar”.

O conceito de agricultura familiar é capaz de fornecer-nos somente a natureza da mão-de-obra empregada nas unidades de produção. E pára por aí.

O problema é: quais são as conseqüências sociais, econômicas e políticas do tratamento universalizado de todos os agricultores do Brasil, das mais diferentes regiões, dos mais variados contextos históricos, inseridos nos mais diversos ambientes econômicos e acima de tudo, dotados de racionalidades diferentes, projetos de vida diferentes?

Para que se tenha uma idéia, o PRONAF resolve a questão da seguinte maneira: institui a existência de três classes de agricultores familiares: os consolidados, aqueles em transição e finalmente os periféricos. Os critérios para esta divisão estão centrados no acesso à mercados, sistemas de produção bem desenvolvidos e acesso aos fatores de produção como terra, capital, trabalho e tecnologia. Ao chamarmos a atenção para as conseqüências da superficialidade conceitual, atentávamos para o seguinte: os alvos do PRONAF são os chamados “consolidados” e “em transição”, sendo que caracterizaram-se como periféricos cerca de 2.330.000 unidades familiares de produção ou 11 milhões de pessoas, segundo Maria José Carneiro (1997, 76).

O que pode ser observado em muitos congressos, encontros, seminários, revistas e livros, de maneira constante e nas diversas ciências que abordam o tema é a denominação “agricultores familiares” de maneira generalizada. É preciso que aqueles que se dedicam à ciência superem a superficialidade das expressões do senso comum, mesmo que estas emanem do Estado. É preciso

que cada palavra que utilizamos esteja imbuída de um significado explícito e coerente com o elemento da realidade que esta simboliza.

Dito isto, propomos a utilização do conceito de campesinato para expressar uma forma especial de agricultura familiar.

Conhecer a natureza de sua mão-de-obra não nos basta, precisamos entender sua racionalidade, e as condições sob as quais se inserem na sociedade, daí o conceito de campesinato. Procuraremos mostrar ao longo deste artigo a validade do referido conceito.

É possível identificar dentro da análise da questão camponesa, diversas correntes que pretendem dar conta da complexa realidade do rural, com suas diferentes manifestações inclusive no interior do próprio campesinato.

Contudo, é possível subdividir o conjunto dessas correntes em dois grandes grupos em que se observa uma diferença escalar: aquele que se ocupa do campesinato enquanto classe e o que trata dos problemas ao nível das unidades de produção e suas relações com a sociedade. Esta diferença está geralmente vinculada posição teórico dos cientistas que abordam o tema. Isto explica a necessidade de, mesmo superficialmente, abordarmos ambas sob pena de recorrermos ao atomismo ou universalismo exagerados. Entretanto, a discussão irá privilegiar a corrente relacionada às unidades de produção e o estreitamento dos laços com o mercado como um dos fatores de sua desintegração.

2. Campesinato como classe: um processo social

Para os teóricos que analisam a questão camponesa na escala de classe, este modo de vida trata-se não de uma forma, mas de um processo social, tal como aponta Shanin (1973, 2), para o qual o campesinato é uma entidade histórica dentro de uma estrutura social mais ampla da sociedade, ainda com uma estrutura, consistência e momento próprio, emergindo, representando o modo predominante de uma organização social por um período, desintegrando-se e re-emergindo a seguir.

Considerando o campesinato como um processo com emergências e sucumbências, este aparecerá, embora seja um modo de vida não-capitalista, no seio do próprio capitalismo como, dialeticamente, contradição e necessidade deste, como mostra José do Souza Martins (1995, 17):

Foi o próprio capital, que com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da própria força de trabalho.

Esta condição atribuiria características especiais ao campesinato da Brasil e da América Latina de maneira geral. Segundo Lefebvre (1971, 65), na Europa a agricultura precedeu a indústria e a cidade se desenvolveu em um meio camponês. No Brasil ao contrário do ancestral campesinato europeu, Martins mostra que:

[...] o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é um desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. (*op. cit.*, 17)

No que diz respeito à reemergência do campesinato como uma necessidade inerente ao próprio capitalismo, Ariovaldo U. de Oliveira dá-nos uma importante informação:

[...] esse processo, como se vê, está assentado no processo contraditório do desenvolvimento do capital que ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade histórica do retorno à terra, *em geral em lugares distantes daqueles primeiros*. (OLIVEIRA, 2001, 50) (grifo nosso).

Embora seja um fato irrefutável a reprodução do campesinato em áreas onde a renda da terra é baixa no Brasil, como nas áreas denominadas “frentes de expansão” onde o trabalho camponês posseiro prepara o terreno para o avanço da fronteira agrícola, por exemplo, devemos nos concentrar na seguinte questão: ali onde o campesinato foi extinto ele poderá voltar a existir? Aqueles que deixaram de ser camponeses, perderam seu pedaço de terra, conseguirão voltar a sê-los? Como geógrafos temos que considerar a espacialidade do fenômeno, e pelo que parece, a existência do campesinato está sendo permitida naqueles lugares e naquelas atividades que ainda não interessam à apropriação capitalista, o que acaba por definir a territorialidade do campesinato no Brasil. Neste sentido, é válida a colocação de Sandroni (1980, 32):

Esse processo de dissolução e reconstituição do campesinato é o resultado de várias causas. Mas a possibilidade de reconstituição depende fundamentalmente das condições específicas brasileiras onde as fronteiras agrícolas ainda oferecem possibilidades de ocupação sem que isso implique a invasão de territórios vizinhos. Por outro lado, nem sempre um camponês arruinado se reconstitui como tal em zonas de fronteira agrícola. Ou melhor, nem sempre a dissolução de determinada região implica o reassentamento em zonas de fronteira agrícola.

3. O indivíduo camponês: a racionalidade camponesa

Quem é o indivíduo camponês? Como identificamos este tipo de trabalhador que, tal como Marx escreve no livro III d’O Capital, entrega uma parte do seu trabalho de forma gratuita à sociedade, produzindo preços mais baixos a partir de sua própria pobreza?

Estas foram questões que provavelmente fizeram parte da pauta de indagações de inúmeros economistas durante os anos 60. Eles se debruçaram sobre o problema do subdesenvolvimento em países periféricos e tentaram traçar perspectivas e ações estatais para sua superação. Considerando que estes países possuíam economias de natureza essencialmente agrária, o objetivo era entender a lógica que orienta o processo de escolha econômica dos agricultores para então estimular a elevação da produção por parte daqueles.

É dentro deste contexto que ressurge, na discussão teórica da agricultura, a produção do economista russo Alexander Chayanov (1888 – 1939), cuja análise estava centrada na dinâmica interna que garantia a existência da unidade de produção camponesa. Afastando-se da análise marxista de determinações sociais externas ele se esforça em produzir uma “Teoria dos Sistemas

Econômicos Não-Capitalistas”. A passagem a seguir denota o seu objetivo fundamental que era conhecer: “(...) a morfologia da máquina produtiva chamada unidade de produção camponesa” (CHAYANOV, 1925 *apud* ABRAMOVAY, 1998, 59).

Para Chayanov (1987, 52) o campesinato deve ser entendido como uma forma de economia natural. Nesta, toda a atividade é orientada para satisfazer as necessidades de cada unidade de produção que são ao mesmo tempo, unidades de consumo. Desta forma, a gestão ou o “cálculo camponês” possui um alto grau qualitativo. As entradas são avaliadas como ‘suficientes’, ‘insuficientes’ ou ‘falta mais tanto’. A elasticidade das necessidades da família (na verdade sua capacidade de subconsumir, considerando os padrões de vida urbano-industriais) permite que o resultado desta avaliação não necessite ser muito preciso.

É um dos pontos-chave na análise de Chayanov a consideração da subjetividade da tomada de decisão do camponês. Segundo ele, o equilíbrio interno da unidade de produção ocorre da seguinte maneira: a medida que a dureza do trabalho aumenta, decresce a valorização subjetiva do produto deste trabalho. O equilíbrio se mantém junto ao nível de bem-estar mais alto possível, respondendo às características de mão-de-obra e composição da família. (CHAYANOV, *op. cit.*, 54).

Esta abordagem de natureza microeconômica⁴ passa a ser muito cara aos economistas da década de 60, a partir de seus objetivos de elevação da produção agrícola. Começam então a ser elaborados inúmeros modelos para a “microeconomia do comportamento camponês”, todos objetivando sintetizar a lógica do processo decisório que orienta os agricultores a produzirem mais ou menos, para que então este padrão pudesse ser alterado de forma “eficaz”.⁵ Embora se inspirem em Chayanov no que diz respeito à escala de análise, nem todos interpretam o problema da mesma forma.

A década de 60, dentro do contexto histórico demonstrado, foi um período fértil na produção de modelos microeconômicos para o campesinato. Abramovay (*op. cit.*, 81), mesmo reconhecendo as omissões cometidas, nos fornece uma visão sintética das abordagens produzidas naquele momento acerca do processo decisório no interior da unidade de produção camponesa. O autor parte sua análise de três modelos principais: o de Theodore Schultz (1964), o de Lipton (1968) e, de forma unificada, os de Mellor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969).

De forma resumida, o modelo schultziano não diferencia os agricultores de empresários urbanos na medida em que ele não considera o campesinato como um segmento da sociedade dotado de uma racionalidade própria. Seu objetivo é mostrar que estes são “maximizadores de

⁴ A microeconomia é um ramo da ciência econômica que estuda o comportamento das unidades de produção e de consumo. A partir de uma perspectiva individual (escala microscópica) estuda como se compõe, através da ação e reação de umas unidades sobre as outras, a economia de uma forma global (escala macroscópica). (SANDRONI, 2002, 388)

⁵ É importante salientarmos que estas análises produziram o suporte teórico que embasou a revolução verde dos anos 70.

lucro”, ou seja, de acordo com os recursos disponíveis eles são capazes de extrair sua máxima produtividade. Desta forma, Shultz se opõe à idéia corrente em sua época que aliava a pobreza à preguiça (podemos considerar seu maior mérito), mostrando que o agricultor só cessa a aplicação de trabalho quando reconhece que o retorno por esse trabalho excedente não ocorrerá. Sua célebre expressão “pobres, mas eficientes” evidencia tais idéias.

Por sua vez, Michael Lipton centra sua análise na “aversão ao risco”. Para ele, o agricultor aplicará trabalho até perceber que ao continuá-lo, estará pondo em ‘risco’ a manutenção da família pela ocorrência de prejuízos à produtividade. Na visão deste autor, a conduta do camponês será orientada mais por estratégias de sobrevivência do que de maximização de lucros.

Neste aspecto, Lipton mostra uma formulação mais coerente do que a de Schultz. Igualar empresas modernas a camponeses significa desconsiderar que, para as primeiras, fracoss resultados na produção significam redução dos lucros, enquanto para os segundos pode significar a fome.

É a partir da construção teórica dos modelos de Mellor, Sen e Nakagima nos anos 60, que passa a ser considerada uma dimensão fundamental para a análise do campesinato: o lado ‘consumidor’ do camponês. Isto torna clara a influência da obra de Chayanov e de sua idéia de equilíbrio camponês entre ‘trabalho e consumo’. Calcados neste pressuposto, os modelos propostos pelos três autores citados estão centrados na idéia de que os agricultores irão trabalhar até atingir a satisfação das necessidades de consumo da família. Entram em cena aspectos subjetivos na valoração do trabalho e o produto deste, em detrimento do não-trabalho e o descanso proporcionado. Desta forma, existirão tantos “equilíbrios econômicos” quantas forem as características de mão-de-obra, constituição etária e sexual da família, além do universo de necessidades de consumo no interior das unidades de produção.

Esta forma de abordagem coloca-nos frente a um conceito de campesinato de natureza híbrida na medida em que a unidade de produção camponesa trata-se de uma fusão entre uma unidade de produção e de consumo, tal como já apontava Chayanov no início do século. É preciso entender também que estas não são dimensões cindidas no cotidiano do camponês. No campesinato o trabalho não é encarado como uma atividade exclusivamente direcionada ao lucro, mas como um meio para a manutenção da família (SERVOLIN *apud* VERGOPOULOS, 1977, 113), onde o objetivo final é o de saciar as necessidades, tal como demonstra Marx :

O circuito M – D – M tem por ponto de partida uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria que sai da circulação e entra na esfera do consumo. Seu objetivo final, portanto, é consumo, satisfação de necessidades; em uma palavra, valor-de-uso. O circuito D – M – D, ao contrário, tem por ponto de partida o dinheiro e retorna ao mesmo ponto. Por isso, é o próprio valor-de-troca o motivo que o impulsiona, objetivo que o determina. (MARX, Livro I, Volume 1, 1998, 180)

Estes elementos servem-nos para mostrar, tal como expressa Cagolov (*apud* VERGOPOULOS, *op. cit.*, 113) que a economia camponesa pequeno-mercante não tem como objetivo principal o aumento de seu valor, sendo que a condição de seu funcionamento não é a obtenção do lucro médio.

3.1 A Autonomia Camponesa

Faz-se necessário abordar neste momento, o fato do campesinato constituir um grupo social inserido numa sociedade mais ampla, traço fundamental que escapa à microeconomia. A antropologia clássica via o campesinato como uma ‘sociedade parcial’ dotada de uma ‘cultura parcial’, ou seja, todo um universo de hábitos e valores diferenciados dos existentes na sociedade urbana, proporcionando as dificuldades existentes em se compreender o comportamento do homem do campo (hoje, o caráter parcial da cultura rural é passivo de questionamento). Na medida em que, estando inserido no modo de produção capitalista, e que dentro deste as relações sociais se operam fundamentalmente na esfera da produção e da circulação de mercadorias e serviços, acrescentaríamos ao conceito antropológico a existência também de uma ‘economia parcial’. Para isto torna-se importante trazer para a discussão dois conceitos importantes acerca do campesinato. O de ‘integração parcial à mercados incompletos’ de Frank Ellis (1988, *apud* ABRAMOVAY, *op.cit.*, 103) e o conceito elaborado por Teodor Shanin (*op. cit.*, 2):

(...) nós delimitaremos o campesinato como uma entidade social constituída de quatro facetas essenciais e interligadas: a unidade familiar camponesa como unidade multifuncional básica da organização social, o cultivo da terra e geralmente a criação de animais como os principais meios de subsistência, uma cultura tradicional específica intimamente ligada ao modo de vida de pequenas comunidades rurais e a *sujeição multidirecional às forças externas poderosas*. (Grifo meu)

A natureza parcial da integração das unidades camponesas ao mercado nos põe diante de um dos traços básicos do campesinato: a manutenção de um grau relativo de autonomia.

A este respeito, Almeida (1999, 149) mostra-nos que os elementos da autonomia passam pelo domínio daquilo que podemos chamar *savoir-faire* (saber-fazer) camponês, a utilização de instrumentos próprios de produção, opções variadas de trabalho e a possibilidade de organizar este tempo de trabalho e um domínio do local de trabalho, além de uma possibilidade de diversificação das atividades. Todos estes fatores supõem uma “alternatividade” (HEREDIA, 1979 e GARCIA Jr., 1983 *apud* ABRAMOVAY, *op.cit.*, 116), ou seja, a capacidade dos indivíduos serem flexíveis quanto à sua inserção no mercado de acordo com a conjuntura deste. Para tanto, torna-se fundamental a existência de uma “agricultura de subsistência”, contrabalançando uma “agricultura de excedente”, como suporte à autonomia.

A agricultura de subsistência ou de autoconsumo a que nos referimos não se trata daquela apontada por Pierre George para o caso africano (1982, 147), na qual inexiste um sistema de

trocas e inserção aos mercados.⁶ Tratamos aqui de uma atividade complementar responsável pelo fornecimento dos alimentos básicos necessários à nutrição da família como legumes, frutas, grãos e carne. Ela existe paralelamente à agricultura de excedente. Também o excedente deve ser encarado não como o produto que sobra além do consumido, mas o excedente em tempo/força de trabalho que o agricultor utiliza produzindo algum gênero com o qual ele se insere no mercado para compor a renda monetária necessária para obter os bens que não é capaz de produzir no interior da propriedade.⁷

Ao tocarmos na questão de mercado, faz-se necessário discutir o segundo elemento da definição de Frank Ellis para o campesinato (os mercados incompletos) e o quarto item da definição de Shanin (a sujeição multidirecional à forças externas).

O conceito de mercado incompleto ou imperfeito é obtido através da contraposição ao modelo hipotético de ‘mercado perfeito’, este de natureza analítica, na medida em que inexistente na prática. Em linhas gerais, neste mercado perfeito nenhum dos indivíduos que o compõe é capaz de alterar individualmente os preços; todos têm amplo conhecimento acerca dos preços e disponibilidades do mercado local e de outras praças; inexistente o domínio do mercado por parte de um ator, além de uma possibilidade de livre movimentação dos fatores de produção (SANDRONI, 2002, 119).

Cientes de que este se trata de um conceito hipotético analítico (serve como parâmetro para que se avalie o grau de ‘imperfeição’ de um mercado), é necessário que abordemos agora a questão da sujeição multidirecional proposta por Shanin. Reconhecido o fato de que a unidade de produção camponesa não está isolada do todo social, ao relacionar-se com este, o campesinato sofrerá influências e pressões.

Podemos citar pelo menos dois atores que propiciam estas ‘forças externas’ ao campesinato: o Estado⁸ e os comerciantes ou atravessadores. O primeiro ator, através de suas políticas agrárias e agrícolas é capaz de promover a desterritorialização/reterritorialização do agricultor. No caso do Brasil, historicamente foi privilegiada a ‘grande lavoura’ em detrimento da agricultura cuja mão-de-obra é de natureza familiar.⁹

Quanto ao segundo ator, o intermediário, este constitui o elo de ligação entre os agricultores e o mercado consumidor. Aquelas características de imperfeição dos mercados irão pesar na relação entre camponeses e intermediários ou atravessadores. As dificuldades de

⁶ “Com efeito, enquanto não existe a cidade, os camponeses também são inexistentes; o que existem são aborígenes. Os camponeses são indivíduos rurais, autóctones, que vivem na área de influência de uma cidade, com a qual mantêm relações econômicas e intelectuais”. (Mendras, 1954 *apud* Abramovay, *op. cit.*, 107)

⁷ Embora o agricultor não contabilize, sua produção para consumo interno possui um valor. “(...) o que é retirado da terra para o consumo do gado ou da família é considerado implicitamente como gratuito no sentido em que aparece como gratuito todo o que pode ser adquirido sem pagamento em dinheiro (...)”. Pierre George (*op. cit.*, 166)

⁸ O poder da ação estatal, em suas diversas esferas, sobre o espaço agrário e o campesinato através das políticas públicas, compõe uma questão que pretendemos aprofundar numa oportunidade futura.

⁹ Vide Martins, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo. Edusp. 2000

transporte e comunicação, geralmente existentes em comunidades rurais ou em pequenas cidades cuja economia é baseada na agricultura, onde inexistam grupos cooperativados de agricultores, constituem o ambiente ideal para a formação de grupos de atravessadores que determinam as condições dos mercados locais. Pela dificuldade de acesso, por parte dos produtores, ao conhecimento acerca das reais condições do mercado em escalas mais amplas, apropriam-se de parte do valor da produção no ato da intermediação. As características de viscosidade e opacidade de um espaço, propostas por Santos e Silveira (2001, 261 – 264), ou seja, dificuldades de locomoção dos fatores, bem como a rarefação da informação, proporcionam o quadro geral para o processo apontado por Sandroni (1980, 53): “(...) quanto mais atrasados são a região e a forma de produção que nela se desenvolve, maior é a probabilidade da extensão da cadeia de intermediários e mais propícias as condições para o desenvolvimento do capital mercantil especulativo”.

Infinitamente distantes de encerrarmos a discussão abordada até o momento, passaremos agora para uma segunda questão. O fato de que, na relação com o mercado, reside também a raiz do processo de especialização que promove o desequilíbrio interno e a possibilidade de extinção da unidade de produção camponesa.

3.2 Especialização, Limiar de Renovação e Limiar de Sobrevivência

A respeito da especialização, Almeida (*op. cit.*, 147) utiliza-se do conceito de “heteronomia” de Ivan Illich. Nesta situação, oposta à autonomia, o agricultor perderia a capacidade de se auto-regular passando a obedecer a um comando externo. O processo de heteronomização nasce justamente do estreitamento progressivo dos laços com o mercado. Shanin (*op. cit.*, 17) dá-nos uma idéia deste processo: “A necessidade de dinheiro, produzido primeiramente pela exigência de aluguéis e impostos, é aumentado posteriormente pelas relações de mercado e pelo desenvolvimento de novas necessidades”.

Nesta busca por atender às novas necessidades, o agricultor rompe o equilíbrio existente entre produção de subsistência e produção de excedente passando a se especializar numa cultura para o mercado a partir da qual irá obter dinheiro, sendo que alimentos e demais utensílios serão comprados no mercado. Este processo de especialização é uma das vias de destruição do modo de vida camponês, surgindo em seu lugar a figura dos agricultores profissionais e especializados.¹⁰ Ainda sobre este processo, Almeida (*op. cit.*, 147-148) mostra suas características: “A heteronomização rompe com a coerência da exploração camponesa

¹⁰ “(...) uma profissão, a do agricultor, que não produz mais em primeiro lugar para viver (como acontecia com o camponês) e sim para vender num mercado regional, nacional ou internacional”. (Queiroz, 1969, *apud* Abramovay, *op. cit.*, 127).

tradicional através de três maneiras: a) artificialização do trabalho, b) profissionalização da atividade agrícola e c) setorização da agricultura em geral”.

A artificialização representa a padronização dos produtos agrícolas, fazendo do agricultor um monocultor. Ao se especializar, o agricultor vê-se obrigado a comprar os elementos da sua subsistência, o que irá determinar seu comportamento enquanto produtor na medida em que precisa de dinheiro. A profissionalização significa a ruptura entre a vida fora do trabalho e aquela no trabalho. Já a setorialização significa a estandardização da atividade agrícola, desta forma o local e a região passam a representar cada vez menos.

Mazoyer e Roudart (1998, 366) nos mostram a espacialidade da especialização. Embora suas análises estejam relacionadas à realidade européia, é possível extrairmos diversos elementos que nos auxiliem teoricamente.

Primeiramente, a especialização fundamenta-se num amplo sistema de trocas inter-regionais, no qual as unidades de produção se tornem isentas de sua necessidade de autosustentabilidade. Desta forma constitui-se um vasto sistema agrário multi-regional, composto por subsistemas regionais especializados que se complementam. Permeando este sistema, temos um conjunto de indústrias que, à montante, fornecem os meios de produção, e um outro conjunto, à jusante, armazenando, transformando e comercializando os produtos da agricultura. Podemos dizer que, assim como na indústria o trabalho foi fragmentado em diversas etapas produzindo um trabalhador coletivo composto por operários que individualmente ignoram a totalidade do processo produtivo, ou seja, a sujeição real do trabalho ao capital (MARTINS, *op. cit.*, 174), a figura do agricultor é fragmentada e dispersa pelo território sob a forma de agriculturas especializadas e interdependentes. O saber-fazer camponês deixa de existir. O agricultor perde aquele domínio sobre sua propriedade e formas variadas de atividade.

A partir do momento em que a unidade de produção se especializa, isto é, passa a dedicar-se intensivamente numa só cultura, necessita extrair desta os rendimentos necessários à manutenção da unidade camponesa em suas dimensões da produção, através dos mais diversos insumos, e do consumo, atendendo às necessidades da família. A agricultura de subsistência ou autoconsumo, embora possa continuar existindo, reduz seu leque de produtos e o artesanato simplesmente deixa de existir, na medida em que a maior parte do tempo/força de trabalho passam a ser direcionados à cultura comercializável.

Em se especializando, a competitividade precisa ser mantida sob a forma de ganhos constantes de produtividade através do investimento em novos e melhores insumos e implementos. Para que isto ocorra é necessário que a unidade camponesa mantenha seus rendimentos num determinado nível, ou ‘limiar de renovação’ (MAZOYER e ROUDART, 1998,

367). Para que entendamos o que é esse limiar, precisaremos recorrer a um cálculo composto por:

S: a superfície máxima explorada por trabalhador;

p: o produto bruto médio *por hectare explorado*;

P_{bt}: **p x s:** o produto bruto *por trabalhador*;

c: as compras correntes de bens e serviços *por hectare explorado*;

a: o custo médio *no hectare* da amortização e da manutenção dos materiais e equipamentos duradouros, proporcionais à superfície explorada;

m= p – c – a: a margem *por hectare*;

M= (p – c – a) x S: margem *por trabalhador*;

A: o custo anual de amortização e de manutenção dos materiais e equipamentos duradouros, *não proporcionais à superfície explorada*, necessários *para um trabalhador*;

S_{max}: superfície máxima que *um trabalhador* pode explorar no sistema com o equipamento;

Então:

P_{nt}=M – A=(p – c – a) x S – A, com $S \leq S_{max}$; **P_{nt}** é a produção líquida de riqueza *por trabalhador*, isto é, a produtividade líquida do trabalho;

R: o preço de mercado da mão-de-obra pouco qualificada.

I: P_{nt} – R= Capacidade de investimento.

Ao final das contas, o valor de **P_{nt}** deve ser superior ao valor de **R**. Desta forma, além de remunerar sua força de trabalho, ou seja, se auto-remunerar, a unidade camponesa disporá de recursos para investir no crescimento da produtividade.

Entretanto, se, ao final do curso, a produção líquida de riqueza da unidade de produção for igual ao valor da remuneração da mão-de-obra pouco qualificada, então será possível remunerar a força de trabalho e renovar os materiais, mas não será possível fazer novos investimentos. Como apontam Mazoyer e Roudart (*op. cit.*, 390) o preço de mercado da mão-de-obra pouco qualificada constitui o ‘limiar de renovação’ das unidades de produção camponesas que se especializaram.

Se, todavia, o nível de rendimentos situar-se abaixo de referido valor de **R**, então, a unidade de produção, na medida em que, se tratando de campesinato, também é unidade de consumo, deverá primordialmente atender às demandas familiares se auto-remunerando. Feito isto não restarão recursos para renovar os meios de produção e menos ainda para fazer novos investimentos. A partir deste momento a unidade está em crise, situa-se no ‘limiar de sobrevivência’, uma situação em que é inevitável escolher entre renovar meios ou satisfazer a

família sendo impossível escolher um sem sacrificar o outro. Se a situação de declínio se mantiver, a unidade não existirá por muito tempo. Sua extinção ocorrerá pela aposentadoria, desapropriação da terra para a quitação de dívidas bancárias ou o simples êxodo.

Considerando que com o crescimento da oferta de produtos agrícolas em função dos ganhos de produtividade existe uma tendência geral para a queda dos preços, parece inevitável a crise para aquelas unidades que se especializam profundamente, dedicando-se à uma cultura exclusivamente.

A questão que emerge neste momento é: se como vimos, o agricultor camponês tende a avaliar qualitativamente o balanço entre necessidades e produção, será ele capaz de, mesmo mais estreitamente ligado ao mercado, tomar consciência do declínio gradativo de seus rendimentos num processo que o levará a crise?

4. Considerações finais

Não temos a pretensão de que os conceitos abordados até aqui sejam uma representação fidedigna da realidade, na medida em que devemos considerar, conforme adverte Oliveira (*op. cit.*), o contexto histórico e social no qual foram produzidos. Suas validades estão centradas na possibilidade de uma utilização analítica na qual se pretende estudar um modo de vida que segundo Shanin (*op. cit.*) trata-se de um “arranjo de humanidade com algumas similaridades por toda a parte do mundo”.

Embora isolados possam demonstrar limitações em abarcar a realidade da dinâmica do campesinato, devido a inserção do mesmo num contexto capitalista marcado por um regime de acumulação pós-fordista, observados conjuntamente, estes referenciais apresentam um potencial como ferramentas de investigação que acreditamos mais consistentes que o conceito de agricultura familiar. Este por sua vez, não deve ser de todo desqualificado. Na verdade, o conceito de agricultura familiar representa um momento histórico marcado pela mudança dos paradigmas de desenvolvimento rural. A tese ortodoxa da modernização conservadora passa a ser criticada, emergindo em seu lugar uma nova concepção dentro da qual a agricultura realizada em pequenas propriedades através de mão-de-obra familiar passa a ser considerada. O conceito de agricultura familiar representa um grande avanço para o desenvolvimento do espaço agrário brasileiro. Na medida em que este conceito orienta os rumos das políticas públicas, faz-se necessária uma constante reflexão a respeito do mesmo, e das políticas norteadas por ele.

Com relação ao conceito de campesinato, consideramos, sua capacidade de abarcar as características da inserção dos agricultores aos mercados, ou seja, o ambiente econômico no qual ocorre a reprodução social dos agricultores, além de suas estratégias para a obtenção de renda um de seus traços mais essenciais e significativos.

Na medida em que o Estado brasileiro, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, caracteriza como periféricos e conseqüentemente não contempla com financiamento, aqueles agricultores que realizam esta atividade em tempo parcial, ou que apresentam dificuldades de acesso aos mercados, a observação destas características não pode escapar à análise das ciências sociais comprometidas com os problemas do rural. A Geografia em sua dimensão agrária tem um papel importante a cumprir. A reflexão e o esforço pela construção coerente dos conceitos são condições vitais para o cumprimento deste papel.

5. Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**; 2ª edição. São Paulo: Hucitec. 1998.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto alegre: Universidade/UFRGS. 1999.
- AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.
- CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: Abril. nº 8. p. 70-82. 1997.
- CHAYANOV, A. V. Sobre la Teoria de los Sistemas Económicos no Capitalistas. *In*: THORNER.D. *et al.* **Chayanov y la Teoria de la Economia Campesina**. 2ª. Ed. México: Ediciones Pasado y Presente, 1987.
- GEORGE, Pierre. **Geografia Rural**. São Paulo: Difel, 1982.
- LEFEBVRE, Henri. **De Lo Rural a Lo Urbano**. Barcelona: Edicions 62 S/A, 1971.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I.Vol. 1. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998
- MAZOYER, Marcel e ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo – Do Neolítico à Crise Contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998 (Série História e Biografias)
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PRADO JÚNIOR. Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SANDRONI, Paulo. **Questão Agrária e Campesinato**. São Paulo: Polis, 1980.
- _____. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 10ª Ed. São Paulo: Best Seller, 2002.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade do Início do Século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Record, 2001.
- SHANIN, Teodor. A Natureza e a Lógica da Economia Camponesa. *In*: **Journal of peasant studies**. 1973. Tradução: Paulo Rogério Ferreira Garcia (1985).
- WANDERLEY, Maria de Nazareh B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro *in*: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20º., Caxambu/MG, 1996. **Anais...** Caxambu/MG. Outubro 1996.